

“Minha história dá um livro”: família, casa e territorialidades nas mobilidades de mutirantes em São Paulo

Carlos Filadelfo

Introdução

Este texto tem como foco etnográfico a análise de narrativas de famílias pertencentes a um movimento de luta por moradia específico, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I, ou apenas Leste I, como comumente é nomeado. Esse movimento, desde a década de 1980, tem obtido atendimento para famílias militantes via mutirão autogestionário, mecanismo de construção de empreendimentos habitacionais que conta com a mão de obra das próprias famílias no controle e na execução das obras, com recursos financeiros de programas habitacionais públicos para o atendimento de famílias de baixa renda.

A discussão apresentada aqui corresponde a um recorte da minha tese de doutorado, na qual pretendi “[...] levar a sério a utilização de *família* como um termo de uso constante e fundamental para os movimentos de moradia, a fim de analisar seus diferentes usos e sentidos e perceber seus efeitos e funcionamentos cotidianos e políticos” (FILADELFO, 2015, p. 15).

Para tanto, a tese se organizou, de certa forma, em um eixo temporal correspondente a uma linearidade presente nas narrativas das *famílias* da Leste I sobre suas trajetórias desde antes de entrar no movimento, passando

pelo ingresso, pela entrada no mutirão e pela obtenção da casa própria¹. Mas cada tempo desses equivale a uma série de relações sociais próprias e de espaços transitados e ocupados específicos, os quais também foram descritos e analisados. Este texto apresenta parte do primeiro capítulo, que aborda as trajetórias de mutirantes antes do ingresso no movimento, construídas em torno de ideias, pessoas, relações e realidades materiais sobre casa, família e parentesco e o que os levou a procurar o movimento de moradia.

A expressão “Minha história dá um livro” foi muitas vezes utilizada por mutirantes que conheci ao longo do trabalho de campo em resposta aos meus questionamentos sobre suas histórias de vida, suas trajetórias anteriores ao momento de ingresso no movimento e no mutirão. Essa formulação obviamente não se restringe ao universo social aqui analisado, há um uso social recorrente e disseminado da expressão; mas, há aqui uma precisão na atribuição de sentidos ao que se quer dizer quando se associa a história de vida a um livro. Via de regra, a expressão se refere a uma trajetória linear, com muitos percalços, dramas, marcos temporais, que culmina na vitória do atendimento habitacional por meio da participação no movimento de moradia e no mutirão, que tem como desfecho a conquista da casa própria.

Paloma², por exemplo, *família* do mutirão Unidos Venceremos, da Leste I, já reside no seu apartamento adquirido depois de participar no mu-

1 O termo *famílias* é usado para denominar o conjunto de integrantes organizados em grupos de origem (“porta de entrada” no movimento) e nos mutirões (nesse último, também se usa *mutirantes*). Essa nomeação costuma ser atribuída aos indivíduos que participam mais ativamente das reuniões e ações da Leste I, independentemente do seu arranjo familiar e doméstico, ou do grupo doméstico que efetivamente se constituirá quando houver o atendimento. Assim, uma *família*, embora tenha como parâmetro de nomeação o fato de que o público atendido é constituído por famílias, mesmo com múltiplos arranjos, é recorrentemente utilizado em referência a um indivíduo, que pode tanto ser *representante* ou *titular* da família a ser atendida como solteiro(a) ou uma pessoa que morará sozinha.

2 Para preservar o anonimato de meus interlocutores, todos os nomes pessoais utilizados aqui são fictícios.

tirão. Foi também uma das coordenadoras de todo o processo de mutirão autogestionário para a construção do conjunto habitacional com 100 apartamentos para a moradia de 100 famílias. O trecho da entrevista realizada com ela, transcrito abaixo, sintetiza algumas das questões acerca da elaboração das trajetórias anteriores ao ingresso no mutirão:

E, assim, passei muita necessidade. Não gosto nem de falar muito, assim, porque hoje eu falo que estamos no paraíso. Então, a gente passou muita dificuldade, muita necessidade na nossa vida; mas, hoje, graças a Deus, nós vencemos. Necessidade, graças a Deus, que eu falo assim, é na parte da alimentação, um apoio, que a gente não tinha isso. Então, aquele apoio de uma mãe chegar assim “Olha filha, é isso, a real é essa”, a gente não teve. Nem eu, nem minhas irmãs, ninguém teve. Então, eu falo sempre para minha filha, eu falo “Filha, hoje você está no paraíso, você tem uma mãe, tem um pai”. E a gente que, na minha época que era eu e meus irmãos, a gente não tinha essa necessidade de acordar e falar assim “Olha, eu tenho um pão para comer, eu tenho um leite para tomar”, o que a gente queria, a gente tinha que correr atrás. Então, assim, eu sempre falo que, desde pequena, Deus tinha plano na minha vida, porque Deus me guardou grandemente. Foi muita luta que nós fizemos. Eu falo que minha história eu faço um livro [risos].

Próximo ao término da entrevista, perguntei, para Paloma, se haveria mais alguma história, ao que ela respondeu: “Não, não, estou tranquila. Minha história maior que eu tenho é minha vitória, meu apartamento.”.

Primeiramente, é importante destacar, no interior da construção narrativa, o uso de termos que pressupõem uma linearidade que se encerraria no atendimento. Ela passou por muita “necessidade”, o que a levou a realizar muita “luta” para finalmente atingir o “paraíso”, o que corresponde a uma “vitória”. Há um paralelo significativo com as narrativas dos próprios movimentos de moradia, em geral, e do movimento Leste I, em particular. Suas cartilhas e os discursos de suas lideranças e coordenadores sempre narram a obtenção de empreendimentos habitacionais, como

“conquistas” ou “vitórias”, obtidas a partir de muita “luta”, passando por muitas “necessidades” e “dificuldades”. A história de Paloma é só um exemplo que demonstra uma partilha de um mesmo léxico narrativo entre as trajetórias pessoais e as trajetórias dos movimentos e, particularmente, dos mutirões.

Essa partilha não é casual, já que se trata de trajetórias que se confundem com a do mutirão como um todo, processo de muita luta até se atingir a finalidade pretendida, assim como do próprio movimento mais amplo. Essas trajetórias pessoais se embebem dos discursos produzidos política e publicamente pelos movimentos, assim como o conjunto dessas trajetórias particulares também contribuem para uma narrativa dominante de toda uma coletividade intitulada “mutirão” ou “movimento”.

Por outro lado, não são tanto trajetórias pessoais do que se trata aqui, mas principalmente trajetórias que envolvem arranjos familiares. As necessidades de Paloma não foram vividas só por ela, mas por todos com quem residia, em função da ausência de seus pais. O atual “paraíso” no qual vive é constantemente lembrado a suas filhas como um privilégio que a mãe não teve. A grande “vitória” não é só sua; é, sobretudo, de toda a sua família, que reside no novo apartamento.

A história que “dá um livro” é uma história de muita “luta”, exemplificada por trajetórias familiares, articuladas com os diferentes arranjos habitacionais, ocupacionais e territoriais pelos quais os integrantes das *famílias* de mutirantes passaram anteriormente ao ingresso no movimento e no mutirão.

O presente texto pretende lançar luz a essas trajetórias dos mutirantes anteriormente ao ingresso no mutirão, marcadas por intensas mobilidades, formuladas predominantemente em termos de família e parentesco, inseparáveis e articuladas aos distintos arranjos habitacionais e às territorialidades onde se viveu e onde se trabalhou. Com isso, busca-se complexificar definições apriorísticas, estanques e lineares de casa, família e mobilidades e correlações diretas entre luta por moradia e territorialidades fixas, que, ao contrário, são marcadamente variáveis e flexíveis.

Deslocamentos espaciais para São Paulo

A Leste I tem atuação em grande parte da zona leste de São Paulo, atendendo famílias em busca de casa própria nessa região. Portanto, todas as famílias dos mutirões que pesquisei já residiam anteriormente em diferentes bairros da zona leste, geralmente bairros periféricos e pobres³.

No entanto, por mais aproximações do ponto de vista socioeconômico, assim como dos arranjos habitacionais precários, que possam ser feitas entre as famílias de mutirantes, há uma multiplicidade de trajetórias que nem sempre se enquadram numa homologia, tratada por parte da bibliografia, entre um amplo território homogêneo, a periferia, e uma população também homogênea, as chamadas classes populares⁴.

Pode-se dizer, por outro lado, que esses mutirantes se aproximam em um aspecto dos moradores de periferia pesquisados por estudos da antropologia urbana entre os anos 1970 e 1980 (DURHAM, 1973; CALDEIRA, 1984): sua maioria tem origem em contextos rurais do nordeste brasileiro. De fato, a grande maioria dos mutirantes da Leste I é ou proveniente do Nordeste ou constituída de filhos de nordestinos, mas não só. Também há pessoas vindas de outros estados, como Minas Gerais, assim como do próprio estado de São Paulo e até mesmo um caso da Bolívia. Em relação ao Nordeste, há mutirantes, ainda que em número bem menor, que vieram de capitais ou regiões metropolitanas nordestinas ou realizaram inicialmente deslocamentos de realidades rurais ou pequenas cidades para cidades maiores e de lá para São Paulo.

3 Meu trabalho de campo se concentrou no já referido Unidos Venceremos e no Paulo Freire, realizados com recursos da COHAB paulistana, e no Florestan Fernandes e José Maria Amaral, ainda em construção, com recursos do programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Todos os mutirões se localizam na zona leste da cidade de São Paulo, no distrito de Cidade Tiradentes.

4 Para uma problematização da singularidade da periferia, como território homogêneo da pobreza, e a complexificação dos territórios paulistanos ver, dentre outros: Telles (2010), Telles e Cabanes (2006), Marques e Torres (2005), Feltran (2011) e Almeida, D'Andrea e De Lucca (2008).

Essa bibliografia nomeou os moradores de periferia como “migrantes rurais”. No entanto, como já alertaram Moacir Palmeira e Alfredo Almeida (1977), o uso de “migrantes” e “migração” agrega, em um mesmo conjunto, situações concebidas e vivenciadas de maneiras muito distintas pelas perspectivas dos próprios sujeitos a respeito de seus deslocamentos. Pode-se acrescentar a isso uma concepção de “migração” que pressupõe um deslocamento único e definitivo, em um só sentido. Além, é claro, de o termo “migrantes” ser utilizado majoritariamente como referência a um recorte de classe específico (classes populares) ou a uma origem comum rural, aplainando as heterogeneidades sociais dos que se deslocam. Aqui, ao contrário, busca-se pensar esses deslocamentos de outros locais para São Paulo nos próprios termos acionados pelos sujeitos, que não utilizam “migração” nem “migrantes”. Suas narrativas revelam movimentos constantes de idas e vindas entre vários locais de maneiras muito mais complexas e diversas do que aqueles termos sugerem.

Esses deslocamentos a São Paulo tenderam a ocorrer a partir de redes de parentesco. Via de regra, um parente (irmão ou irmã, tio ou tia, primo ou prima) primeiro se estabeleceu em São Paulo; assim, nenhum dos entrevistados foi pioneiro na ida para a cidade, apoiando-se em parentes que já residiam lá para se estabelecer. Nesse sentido, ir para São Paulo depende tanto dos parentes que já viviam lá, como das dinâmicas familiares que determinaram idas e vindas de um indivíduo, uma família ou um grupo de parentes.

Conceição, por exemplo, nasceu em um sítio no interior de Alagoas, onde seu pai tinha um pedaço de terra ao lado do pedaço de seu irmão. A família de Conceição se transferiu inicialmente para outra cidade no mesmo estado, quando ela tinha seis ou sete anos. Seu pai havia comprado outro pedaço de terra ali para “uso da gente”, com cultivo de feijão, mandioca e milho; mas, a terra era muito seca, o que limitava a agricultura como fonte de renda. A rotina de Conceição se resumia a estudar na cidade e ir “ajudar na roça” depois. No ano de 1960, quando ela tinha 14 anos de idade, foi para São Paulo. Segundo ela, “veio a família toda: pai, mãe, todos os irmãos”, já

que: “Lá no Nordeste a vida era muito difícil. Meu pai trabalhava na roça e achou mais fácil vir pra São Paulo para criar os filhos”.

Se a “família toda” foi para São Paulo, nem por isso ela deixa de identificar seus parentes que lá já moravam também como “família”. Logo na chegada, amplia-se não só o sentido de “família”, como se constitui um novo arranjo doméstico, mais amplo, que passa a integrar velhos e novos residentes. Mas esse arranjo é temporário, pois logo o pai compra uma casa para se acomodar com sua esposa e filhos, reconstituindo um grupo doméstico e a família nuclear conjugal, também com a ajuda de um parente.

Mesmo quando o mutirante já nasceu em São Paulo, o movimento de morar em casa de parentes até que a situação não mais se sustente e os pais e filhos precisem encontrar moradia para a constituição de um novo grupo doméstico é similar. Marina, por exemplo, mutirante e coordenadora do Unidos Venceremos, já nasceu em São Paulo de pais que haviam saído recentemente do interior paulista:

Marina: Então, eu nasci aqui em São Paulo, no Vila Formosa que é um bairro bem mais ou menos. Mas eu morava no porão da casa da minha tia, porque meus pais vieram do interior e ficaram na casa da minha tia, tiveram os filhos e depois saíram.

Carlos: Tia do seu pai ou da sua mãe?

Marina: Irmão da minha mãe. Aí a gente ficou morando no porão. Aí, quando a minha mãe começou a ter os filhos, minha mãe teve sete filhos, aí começou a ficar meio apertado. Aí, quando o meu pai chegou em casa [...] Meu pai começou a pagar aluguel e não aguentou, porque tinha muito filho. Não pagava aluguel, e era despejado, não tinha condições. Aí chegou um dia na casa da minha tia e disse que tinha comprado um barraco em São Mateus. Aí nós estamos lá até hoje.

Mais uma vez se estabelece na casa de parentes quando se chega; então, por questões familiares, nesse caso o elevado número de filhos, é preciso encontrar uma casa, que, novamente, esbarra em dificuldades financeiras para ser adquirida. Morar com parentes e procurar casa são soluções

buscadas com apoio da família para enfrentar as necessidades também familiares e não individuais. O interessante nesse caso específico é que a casa onde a família de Marina inicialmente mora é escolhida a partir de laços consanguíneos com seu tio materno, mas a casa é identificada à sua tia, esposa de seu tio consanguíneo, uma parente por afinidade, portanto. A ressalva é importante não pela diferença entre consanguíneos e afins na propriedade da casa ou numa maior ou menor proximidade a partir de vínculos de parentesco, mas fundamentalmente por diferenças de gênero na relação com a casa como espaço familiar e de moradia⁵.

Uma determinada casa, e isso é algo muito geral nas perspectivas dos mutirantes, é identificada a uma mulher que reúne atributos de esposa e/ou mãe mais do que ao marido e/ou pai. É ela que é considerada a dona da casa e o referencial para se definir de qual casa se fala e a quem pertence à casa, independentemente de o marido ser o proprietário legal da propriedade ou o responsável pelo aluguel. Isso indica uma apreensão generalizada de uma vinculação ideal da mulher enquanto mãe (e/ou esposa) com a casa onde vive uma família, sejam quais forem suas configurações. Nessa perspectiva, os laços matrimoniais muitas vezes são representados como muito instáveis, muitas vezes resultando em separação; além de haver uma coalizão muito maior entre mães e filhos do que entre pai e filhos, o que se aproxima

5 Utilizo gênero aqui como categoria descritiva, no sentido proposto por Strathern (1981) e apropriado por Piscitelli (2006, p. 31-32) como “[...] um modo de criar e expressar diferenças que assume, nesta e em outras culturas, um forte valor metafórico. Essa perspectiva – levando em conta que as distinções entre características consideradas femininas e masculinas são utilizadas para comentar, hierarquizando, diversos aspectos do social – retém uma dimensão da ideia de gênero como princípio de organização social; no entanto, não supõe que gênero tenha o mesmo significado e papel estrutural em todas as sociedades. Nessa abordagem, gênero é pensado como categoria descritiva, isto é, passível de uma descrição atenta aos significados e às maneiras como opera em contextos particulares. Compreender como o gênero participa do social exige refletir sobre o modo como essas conceptualizações são acionadas em relações específicas”.

muito dos modelos de famílias matrifocais, porém de uma maneira mais ideológica do que concreta⁶.

Por outro lado, a mulher, que é esposa e mãe e que por isso é vinculada à casa, é tia de Marina e não sua mãe o que faz com que, em nenhum momento, Marina se inclua à família de sua tia, mas se considere parte de uma família distinta que ocupa a mesma casa. São duas famílias distintas coabitando apenas temporariamente.

Entretanto, deslocar-se de áreas rurais nordestinas para São Paulo também se realiza através de diferentes arranjos familiares/domésticos e apoios distintos dos parentes que lá já residiam. Ricardo, por exemplo, seguiu um percurso comum entre os que foram para São Paulo individualmente. Ele nasceu no sertão baiano e foi para São Paulo com 22 anos de idade em busca de oportunidades de trabalho que não encontrava em sua cidade de origem. Ele trabalhava em fazenda e, por estar localizada numa área em que raramente chove, foi para São Paulo em busca de “serviço” e morou inicialmente com sua irmã.

A experiência de ida para São Paulo de Ricardo é distinta da de Conceição. Ele foi sozinho, já adulto, em busca de melhores oportunidades de vida. Mas seu deslocamento da Bahia a São Paulo ocorre indissociavelmente da trajetória mais ampla de irmãos que chegam sucessivamente, trazidos por ele mesmo ou pela irmã mais velha, que primeiro se estabeleceu em São Paulo, por sua vez já trazida por sua tia paterna. O caso é interessante, pois mostra uma dinâmica familiar que dificilmente pode ser traduzida em termos de unidades domésticas que se dissolvem e se reconstituem sucessivamente.

Sua irmã traz vários irmãos, a partir da ordem de nascimento, até que chega a vez de Ricardo. Ele reside na casa de sua irmã até o ponto em que

6 Smith (1973) formulou originalmente o conceito de matrifocalidade. Para aplicações do conceito para análise de famílias de classes populares urbanas, ver Fonseca (2000) e Neves (1985). No entanto, evito definir especificidades de arranjos familiares populares que seriam desviantes ou alternativos em relação ao modelo dominante de família conjugal das classes médias, como o conceito de matrifocalidade parece sugerir.

julga já ter passado lá tempo suficiente, pois quando se mora na “casa dos outros”, “os outros não têm liberdade também”. Isso sugere que por mais que ele tenha causado um rearranjo doméstico, ao integrar o conjunto de moradores de uma casa em razão dos laços de parentesco com sua irmã, ele não se sentia como integrante de um grupo doméstico propriamente dito ou mesmo que aquela casa também fosse sua. O termo “família”, portanto, não coincide perfeitamente com um conjunto de pessoas corresidentes, com uma casa ou com um grupo doméstico⁷. E talvez não por acaso, ele não disse que morou com “família”, mas com “parentes”. Embora em muitas situações esses dois termos sejam intercambiáveis, “parentes” tende a marcar uma maior distância social.

Ao sair da casa de sua irmã, Ricardo mora sozinho por um tempo e depois se casa. Com a posterior separação conjugal, ele mesmo, e não mais sua irmã, traz um irmão mais novo, com quem também mora até que Ricardo vai para o mutirão e seu irmão permanece na casa até se casar. Como se vê, o casamento também é um processo entendido como fundamental para a constituição de uma família e/ou de um grupo doméstico.

Em relação à trajetória de Ricardo, também são os parentes, mais uma vez, que “trazem” os familiares ou parentes e que disponibilizam suas casas até que a pessoa possa se estabelecer, ou melhor, “cuidar da sua vida”. “Vida”, portanto, corresponde a uma certa trajetória já independente dos laços de coabitação com os parentes pioneiros e anfitriões, ainda que eles sejam responsáveis inicialmente por possibilitar que cada vida seja vivida e cuidada pelo recém-chegado na sua nova configuração familiar, seja casado, solteiro ou residindo com outros irmãos. Outro aspecto fundamental é a centralidade da casa como elemento que, por um lado, é uma objetificação (STRATHERN, 2006) dos contínuos rearranjos familiares e domésticos ocasionados pelos deslocamentos e pelas mudanças, por outro lado, é concebida como espaço de “liberdade” e autonomia. A casa, portanto, muito mais

7 Sobre a diferença entre família e grupo doméstico, ver, por exemplo, Almeida (1986), Fonseca (2000) e Fortes ([1974] 2011).

que uma materialidade, é constituída por quem mora e por quem transita por ela, passando por processos de retração e de ampliação contínuos⁸.

A coabitação de recém-chegados com parentes já residentes em São Paulo pode ser um arranjo temporário ou mais duradouro, ainda que raramente desejável como uma situação definitiva. Mas morar com parentes pode ser visto como algo positivo, principalmente se essa condição se refletir em economia de aluguel e obtenção de apoio.

Roberta, por exemplo, não foi para São Paulo em busca de trabalho ou melhores condições de vida como a maioria dos mutirantes que chegaram à cidade já adultos, tampouco se deslocou com sua família. Ela nasceu em Ribeira do Pombal, Bahia, mas logo se mudou para Feira de Santana, no mesmo estado, com seus pais e seu irmão. Quando seus pais morreram, ela tinha 17 anos e seu tio foi “buscar” ela e seu irmão para morarem em São Paulo. Na época da entrevista, aos 50 anos de idade ela ainda morava com seu filho de 26 anos, numa casa dos fundos da casa de seu tio materno à espera da conclusão do mutirão. Não pagava aluguel, o que era considerado por ela ótimo já que estava aposentada por tempo de serviço, recebendo apenas um salário-mínimo. Mesmo assim, ela entrou no movimento em busca de sua casa própria e, quando a conheci, havia adotado uma postura ativa como coordenadora em um mutirão ainda em andamento. A situação de coabitação com parentes em casos como o de Roberta, ainda que ela constitua uma unidade doméstica distinta da do seu tio, apresenta uma duração mais longa do que a média de situações encontradas.

Independentemente da duração dessa situação, diz-se que se “mora de favor”, o que deixa claro a expectativa de transitoriedade da habitação numa casa que não é sua, que é dos “outros”, mesmo que sejam “parentes” ou “família”. No entanto, “morar de favor” não necessariamente quer dizer morar de graça. Em muitos casos, paga-se aluguel aos proprietários

8 Para perspectivas etnográficas que tratam a casa não apenas na sua materialidade, mas que exploram as diferentes maneiras pelas quais casas, ideias e pessoas se conectam e se relacionam, ver Carsten e Hugh-Jones (1995).

da casa, mesmo quando não é exigido, para ajudar nos gastos domésticos, não sobrecarregar financeiramente os donos ou mesmo para evitar tensões domésticas. Se a situação de Roberta, sem pagamento de aluguel, residindo com um tio que se encarregou de cuidar dela com a morte de seus pais, é concebida como uma situação aparentemente isenta de conflitos, há muitos outros casos que permitem afirmar que morar e conviver cotidianamente com parentes implica riscos de conflitos, o que pode acelerar os planos de mudança e a busca de outra moradia, embora se pague aluguel.

Maurício nasceu em Inhambupe, Bahia, na zona rural. Ele é o quarto de um total de dez irmãos. Seu pai sempre trabalhou com “lavoura”, atividade que Maurício também exerceu até ir para São Paulo aos 24 anos de idade, onde mora há mais de 30 anos. Segundo ele, o trabalho de seu pai foi responsável por um padrão de vida relativamente superior à média das famílias de sua cidade. Ele tinha terra própria: “[...] não era rico, mas também tinha o poder mais ou menos de vida, sempre tinha o que comer, carro pra ir pra cidade”. Apesar disso, Maurício estudou pouco pois não teve oportunidades devido ao grande número de irmãos e “[...] com um monte de irmão, os mais velhos têm que trabalhar pra ajudar os mais novos pra estudar”.

A ajuda mútua entre irmãos se refletiu também na sua ida para São Paulo. Sua irmã mais velha foi primeiramente para São Paulo e estava “bem de vida”, morando na Vila Industrial, bairro da zona leste: “Eu vim da Bahia para cá por causa da minha irmã. Ela foi passear lá. Eu me empolguei, eu falei ‘Eu vou com você’. Aí eu peguei e vim com ela, estou até hoje aqui”. Ele foi também em busca de melhores condições de vida, pois o “custo de vida” na sua cidade natal estava muito alto. E não foi sozinho, mas com mais um irmão e uma irmã.

Quando chegaram, ele e seus irmãos moraram com sua irmã por cerca de dois anos, mas sempre pagando aluguel – algo que ele fez questão de ressaltar – numa outra casa no terreno de sua irmã. No entanto, seu cunhado (marido de sua irmã) bebia muito e não respeitava ninguém. Um dia, chegou bêbado e quebrou a janela da casa onde Maurício morava. Maurício

chegou ao limite após um acúmulo de situações de conflito com seu cunhado, quase o agredindo fisicamente. Ele saiu assim que pôde e alugou uma casa com seu irmão e uma outra irmã em outro bairro da zona leste. Essa irmã voltou para a Bahia e ele continuou morando com seu outro irmão; além disso, outros dois irmãos que vieram posteriormente da Bahia passaram por essa casa. Sua trajetória habitacional inicial em São Paulo é narrada de maneira indissociável às de seus irmãos.

Ir morar em São Paulo, portanto, é um processo que orienta e explica muitas das relações entre casa e família para os mutirantes, já que quase todos vieram de outras cidades e estados ou são filhos de não paulistanos. Se as redes de parentesco são fundamentais para o deslocamento de seus locais de origem para São Paulo, nem por isso deixa de ser necessária uma descrição de como elas se configuram, uma vez que não só há elementos em comum como também há acentuadas variações de relações entre parentes que já estão na cidade e os que chegam. Portanto, não estou em busca de condições homogêneas de migração comuns a todos os que vieram ou foram trazidos para São Paulo, ou mesmo pensar as causas macroestruturais que ocasionam deslocamentos demográficos para São Paulo; ao contrário, procuro apreender os sentidos e as práticas de parentesco, família e casa nesses deslocamentos.

O apoio de parentes que já residem em São Paulo se dá prioritariamente pela oferta da casa para local de moradia dos recém-chegados. Mas essa oferta pode se desdobrar em situações de duração variável e de tensões latentes. Os casos de conflito retratados costumam ser entre parentes por afinidade, geralmente de mesmo gênero, como o caso de Maurício com seu cunhado. Há também casos que sugerem uma diferenciação de gênero no maior ou menor tempo de permanência na casa de parentes. Os homens tendem a sair assim que conseguem emprego ao passo que as mulheres saem quando se casam, embora essa não seja uma regra absoluta. A irmã de Maurício, solteira, morou com seus irmãos. Encontrei pouquíssimos casos de mulheres solteiras e sem filhos residindo sozinhas, como parece ser mais comum entre os homens.

Por outro lado, é importante indicar que os deslocamentos dos mutirantes não correspondem a movimentos lineares, em um único sentido e definitivo, como de costume se atribui a movimentos migratórios. Não só a irmã de Maurício retornou à Bahia como também dois de seus irmãos, que abriram pequenos negócios, compraram casas de aluguel e conseguiram certo montante de dinheiro para retornar à Bahia e lá abrir supermercados e padarias, considerados suficientes para lhes oferecerem melhores condições do que as encontradas anteriormente à ida para São Paulo. As relações com os que ficam também nunca se perdem. Ainda que viagens aos seus locais de origem não sejam regulares, vai-se visitar a família quando se tem condições financeiras; e os atuais custos relativamente reduzidos de ligações telefônicas proporcionam contatos frequentes com a “família” que ficou. Maurício, por exemplo, retornou à sua cidade devido à iminência da morte de seu pai e se preocupou pelo fato de ele estar sem apoio de um filho homem para protegê-lo assim como à sua casa, o que fez com que ele considerasse retornar definitiva ou mais regularmente para acompanhar seu pai. Tudo indica que da mesma forma que a ida para São Paulo ocasiona rearranjos familiares e domésticos também o faz lá, apesar de as maneiras pelas quais isso efetivamente ocorra terem ficado inacessíveis ao pesquisador pelo recorte da sua pesquisa de campo, localizada exclusivamente em São Paulo.

As idas e vindas entre a cidade de São Paulo e outras regiões, portanto, são importantes não só para contextualizar quem são esses mutirantes como para ilustrar a multiplicidade de arranjos familiares, domésticos e habitacionais. É a coabitação inicial que leva a ideias sobre a casa que, de certa forma, justificam a inserção no movimento posteriormente: espaço para “chamar de seu”, de liberdade, de privacidade, de maior tranquilidade frente às incertezas de pagamento de aluguel, de oferta de melhores condições para os filhos do que as que seus pais tiveram. Mas essa breve análise desses deslocamentos revela um alto grau de complexidade não só da *casa* como também da *família*, termos fortemente flexíveis, que são fundamentais para se entender os movimentos de moradia como coletividades. Essa

flexibilidade pode ser mais bem compreendida a partir de uma discussão das trajetórias habitacionais dos mutirantes.

Trajетórias habitacionais em São Paulo

O casamento é um dispositivo fundamental numa concepção generalizada e dominante do que produz família, mas num sentido restrito: família como unidade nuclear conjugal, geralmente com filhos, que deve residir numa unidade doméstica independente, autônoma. Nesse sentido, um ditado recorrentemente citado pelos mutirantes é “Quem casa quer casa”.

Os rearranjos domésticos da casa da família de Denise, coordenadora da Leste I e mutirante do Paulo Freire, indicam a centralidade do casamento nos rearranjos familiares e de moradia, quando ela se refere ao conjunto de 12 irmãos do qual faz parte:

É que assim, como a leva é grande, enquanto um estava nascendo o outro estava casando. Não chegou a morar todo mundo junto. Porque minhas irmãs casaram muito novas. Tenho uma irmã que com dezesseis anos era mãe, a mais velha. Mas é uma tropinha! Mas sabe do que eu gosto? É que nós somos muito unidos. A gente não se vê com constância, porque cada um tem sua vida, um estuda, o outro faz [...] mas, se precisar [...]. Eu acho muito legal isso com a gente.

Casar constitui família ao mesmo tempo em que reconfigura o arranjo doméstico anterior, uma vez que menos filhos vão residir com os pais. No entanto, a unidade dessa “família” não se desfaz, assim como se amplia com a inserção de noras e genros e dos filhos gerados. Denise define, primeiramente, a família como unidade que coabita uma unidade doméstica, em seguida estende o seu significado, ao considerar que os vínculos afetivos se mantêm mesmo após os casamentos, o que gera união, outro elemento importante para a produção de uma família (assim como de um mutirão e de um movimento de moradia). A união pressupõe uma moralidade a respeito

do que se deseja e se valoriza em uma família, ainda que nem sempre isso efetivamente ocorra.

Nessa perspectiva do casamento como mecanismo de produção de família e de novas unidades domésticas, passa a haver um intenso deslocamento da família nuclear entre casas de aluguel que tende a cessar apenas quando se obtém a casa própria por meio do movimento. Os locais de moradia são os mais diversos, ainda que em situações geralmente precárias – casas autoconstruídas, casas com poucos cômodos, barracos em favelas etc. Desloca-se entre várias casas e vários bairros; mas, quase todos os destinos se concentram na zona leste de São Paulo, embora os limites dessa territorialidade sejam variáveis e se more em municípios vizinhos à zona leste, da região metropolitana de São Paulo, como Ferraz de Vasconcelos e Mauá.

Quando se casa, o casamento e ter filhos são, na maioria das vezes, processos quase coincidentes temporalmente, além de parecerem descrever uma mesma realidade. Quando alguma mutirante explicava o fato de seus filhos não morarem com ela, o enunciado podia variar entre ele ou ela “é casado” ou ele ou ela “tem filhos”. Nessa chave, com a produção dessa nova “família”, acompanhar seus deslocamentos habitacionais até o ingresso no mutirão e a conquista da casa própria poderia ser o mesmo que pressupor que essa unidade, conjugal com filhos, se desloca de maneira fixa constituindo sempre um mesmo grupo doméstico nas diferentes moradias, mas há muitas variações nesse sentido, os arranjos familiares são muito mais plásticos. Assim, afasta-se a suposição de que o casamento e ter filhos são etapas fixas de um ciclo de desenvolvimento doméstico (FORTES, [1974] 2011). Não há uma linearidade necessária entre casamento e reconfiguração de um grupo doméstico e a composição posterior de novos grupos domésticos a partir do casamento dos filhos.

Retomo a trajetória de Conceição, que foi para São Paulo com a “família toda”, a fim de complexificar os impactos que as trajetórias habitacionais têm sobre a ideia de *família* e *casa* e sobre os arranjos familiares e habitacionais concretos. No início da entrevista, Conceição disse que morou 40 anos na mesma casa em Itaquera, construída por seu pai. Qual não

foi minha surpresa quando, ao longo da entrevista, descobri que ela estava se referindo à casa de seus pais e que ela, efetivamente, havia morado lá por apenas 18 anos. Os 40 anos na verdade se referiam à casa como moradia de um sujeito coletivo, a sua “família”, cujos integrantes (pai e mãe, filhos e filhas, genros e noras e netos e netas) não necessariamente chegaram a residir todos juntos, mas a “casa” era referência para se pensar a “família” como uma unidade, mesmo que não estivesse em regime de coabitação.

As trajetórias habitacionais da “família” de Conceição iniciam-se antes da construção dessa casa específica e transcorrem durante um período de 12 anos, quando sua “família” continuou se deslocando entre várias moradias até a mudança definitiva, em 1972.

Conceição constrói a narrativa como um sujeito coletivo, mas nessa época nem todos os integrantes da “família toda” que foi para São Paulo participaram dos deslocamentos. É justamente com o início do trabalho dos filhos que essa família se reconfigura. No caso das mulheres especificamente, isso fica mais claro. Ela trabalhou sua vida inteira em “casa de família”, como empregada doméstica, assim como outras de suas irmãs. Na maioria das casas onde trabalhou, ficava lá durante a semana inteira; só saiu “para casar”, voltando a trabalhar como empregada doméstica de maneira não contínua a depender das necessidades de cuidados com os filhos. Morar em outra casa não impedia que ela e suas irmãs contribuíssem com o orçamento doméstico da casa de seus pais e mesmo com os gastos de construção da nova casa.

Muitas questões emergem dessa trajetória. Uma, talvez mais óbvia, é a plasticidade do termo “família”. Conceição se refere à “família toda” que foi para São Paulo como a unidade constituída de pais e filhos. Mas logo quando chegam ficam em casa de integrantes de “família” que tinham aqui e ela também vai trabalhar em “casa de família”, se referindo a uma outra unidade, à qual ela não pertence, ainda que resida com seus integrantes.

Outra questão se refere à identificação, já citada, entre a “família toda” e a casa construída por seu pai. Poder-se-ia deduzir que uma vez casada, Conceição constituiria uma nova família numa nova unidade domés-

tica, independente da de seus pais, mas não foi o que aconteceu. Ela conta uma trajetória habitacional com muitas idas e vindas da casa de seus pais, de tal forma que nem sempre ela conseguia ativar uma memória linear da ordem das casas onde morou. No início, ela e seu marido não tinham condições de pagar aluguel e foram morar com seus pais. Após um período de dois anos, conseguiram alugar uma casa; mas, com a perda do emprego do marido, eles voltam à casa de seus pais. Depois, moram na casa do seu sogro. Passam também um tempo na casa de seu irmão. Mora novamente em “casas de família”, onde aceitam que ela more com seus filhos pequenos, enquanto seu marido fica na casa da família dele etc. Mas a casa de seus pais continua uma referência não só afetiva, de apoio, como também de moradia efetiva: “Eu sei que, de vez em quando, a gente estava na minha mãe. Não dava pra pagar aluguel, a gente ia pra lá”. Depois de tantas idas e vindas, eles finalmente se fixam numa casa nos fundos do terreno da casa de seus pais até que se mudam para o mutirão.

Esse tipo de arranjo habitacional com compartilhamento entre familiares de um mesmo terreno é muito comum nos relatos dos mutirantes. O termo normalmente utilizado para se referir a um terreno com várias pequenas casas construídas e interligadas é *quintal*. O *quintal* não necessariamente conta com casas habitadas apenas por parentes. Alguns mutirantes pagavam aluguel ao proprietário do quintal por uma pequena casa sem que com ele partilhassem qualquer tipo de vínculo anterior (parentesco ou amizade).

Dois exemplos podem ser discutidos a respeito do compartilhamento de terrenos por parentes. O primeiro, de Marina, nascida em São Paulo, cujos pais vieram do interior paulista, já citada anteriormente, ilustra a construção da casa por seus pais e das subsequentes casas no terreno como um arranjo não fixo, mas fortemente flexível.

O pai de Marina comprou um barraco em um amplo terreno praticamente vazio. Esse terreno era grande e seu pai, aos poucos, foi garantindo o direito de recém-chegados construírem barracos lá, repassando para um total de milhares de famílias morarem, assim como as articulava poli-

ticamente em busca de melhorias de condições para todos ali, tornando-se uma liderança comunitária. O pai de Marina fechou uma parte do terreno maior e constitui um *quintal* para ele e sua própria “família”. O *quintal* é constituído de várias casas onde os diferentes irmãos moraram em diferentes momentos de sua vida e em distintas situações familiares: ainda solteiros ou mesmo depois de casados ou até conseguirem comprar casas próprias. Novas casas foram construídas e as casas existentes foram sendo ampliadas a depender de quem casa, de quem vai morar, com quem vai se morar; há um contínuo fluxo dos integrantes da “família” de Marina. Espaço tido como fundamental para oferecer melhores condições de vida a todos os irmãos de Marina, mas também à terceira geração, os netos, estes que, mesmo residindo fora do *quintal* com seus pais, sempre têm à disposição o terreno para morar, construir, não pagar aluguel e ter boas condições de trabalho e estudo. De certa forma, a importância atribuída à “luta” de seu pai para conseguir o terreno e construir não só para a sua família, mas para que muitas outras famílias lá se fixassem, guarda paralelo com a *luta* dos movimentos de moradia e a importância atribuída à casa própria para o bem da família, o que inspirou Marina a se tornar coordenadora da Leste I e do mutirão Unidos Venceremos.

Mas há aqui uma importante reflexão sobre *casa*. Marina afirma que agora tem “três casas”: o apartamento do mutirão do Unidos Venceremos, a de sua filha que mora com marido e filho e a de sua mãe. Casa, portanto, não é só uma materialidade, muito menos o lugar onde efetivamente se mora, mas os lugares constituídos por partilha de laços de filiação – são três gerações unidas por uma linha de descendência feminina –, de três mulheres que já coabitaram em momentos distintos, mas que nem por isso deixam de se sentirem afetivamente próximas, o que torna as três casas comuns às três mulheres.

As relações familiares, uma vez que se parte do princípio de que ainda há uma unidade entre pais, filhos e netos, embora não estejam mais coabitando no *quintal*, são nesse arranjo de casas passíveis de serem visualizadas, mas não se limitam ao *quintal*. Há uma verdadeira configuração de

casas (MARCELIN, 1996), uma vez que laços de solidariedade e afetividade se configuram continuamente não só entre as casas de parentes do *quintal* mas também dessas casas com as de Marina, de seus irmãos e de seus filhos, mesmo localizadas em outros bairros da cidade de São Paulo. Muitas outras narrativas permitem pensar que as relações familiares não se restringem a uma casa específica ou a um *quintal*. Conceição, por exemplo, residia no fundo do terreno de seus pais e agora em um apartamento do mutirão, mas ela continua apoiando financeiramente a casa de sua filha, que atualmente reside na Bahia, onde também passa algumas temporadas com seu marido. Seu marido, que trabalha como embalador de frutas costuma chamar seu filho, que está desempregado, quando é necessária mais mão de obra para as atividades que desempenha. Há também exemplos de mutirantes ajudados por seus filhos, tios, irmãos e mesmo avós. Há, portanto, uma ampla rede de mútua solidariedade conectando casas que nem sempre são próximas geograficamente, cujo critério de conexão são mesmo as relações de parentesco que produzem uma “família” ainda que não coabite uma mesma casa.

No entanto, residir em um mesmo terreno ou um mesmo *quintal* com familiares e parentes nem sempre é pensado como um arranjo desejável. Como muitos casos citados já deixaram claro, muitos mutirantes, quando se casam, também residem na casa de familiares do cônjuge. Paloma, por exemplo, assim que se casou foi morar no *quintal* da família de seu esposo, que ela definiu como “casa de parentes”. Aqui há uma diferença fundamental entre parentesco por consanguinidade e por afinidade percebida a partir da casa, do local de moradia, e atualizada na diferença entre *família* e *parentes*. Ainda que Paloma esteja casada com seu marido, ela trata a casa como dele, ou melhor, da “família” dele, à qual ela se refere como seus “parentes”. A relação de consanguinidade de seu marido com os outros moradores do *quintal* é mais estável e segura do que o seu casamento, o que aumenta os riscos de permanência nessa situação de coabitação com uma família que não é a sua.

Paloma considera que seu casamento pode terminar a qualquer momento com o risco de ser despejada da casa, o que a motiva a participar do mutirão para ter sua própria casa. “Parentes”, do ponto de vista dela, define os parentes por afinidade, produzidos pelo seu casamento; ela se refere principalmente às cunhadas, esposas dos irmãos do marido, como “parentes”, não pelo fato de os irmãos de seu marido não serem também seus parentes, o que para ela de fato são, mas mais uma vez por identificar a casa à mulher enquanto mãe/esposa. Esses parentes com quem ela coabitou no *quintal* são todos “família” de seu esposo e não dela. Sua “família”, como ela afirma em outro momento da entrevista, é tanto quem com ela reside atualmente no apartamento conquistado, seu marido e suas filhas, como seus pais e seus irmãos. Mesmo assim, seu casamento não parece ser tão estável como a relação com as suas filhas, uma vez que é com elas que ela se preocupa em oferecer a casa, ao passo que a casa do seu esposo, dos “parentes”, nunca foi considerada como sendo sua. Apesar disso, Paloma, quando entrou no movimento, também chamou suas cunhadas, que também trouxeram seus maridos para o mutirão. À época da entrevista, duas delas já residiam com suas famílias no Unidos Venceremos.

Assim, nesse caso específico – mas também é uma concepção elaborada por outros mutirantes – “família” refere-se a parentes consanguíneos (filiativos e de fraternidade), com quem há uma maior identificação e a quem se atribui uma maior estabilidade de relações. Ao passo que *parentes* quer dizer parentes por afinidade, com quem as relações são consideradas mais instáveis, com quem nem sempre se quer morar, se quer conviver ou mesmo podem ser fonte de potenciais conflitos ou animosidades.

É claro que os *quintais* não são os únicos arranjos habitacionais em que se coabita com parentes. Já foram citados casos de mutirantes que residem em moradias de parentes quando chegam à cidade (às vezes, casas; às vezes, apartamentos), mas também quem nasceu em São Paulo continua se deslocando e invariavelmente residindo com parentes, principalmente seus pais ou pais do cônjuge, se casado, mas também na casa de irmãos, tios, primos e avós (em poucos casos, casas de comadres e compadres ou

padrinhos e madrinhas). Por outro lado, os conflitos que ocorrem entre parentes nem sempre se dão entre afins. Há relatos de irmãs e irmãos que humilham quem na sua casa vai residir, que cobram ajudas, que exigem desempenho de pesadas atividades domésticas, numa clara subordinação daquele que lá reside “de favor”. Morar com parentes, portanto, ao mesmo tempo em que pode servir de apoio, pode instaurar uma relação de conflito, seja efetivo, seja como possibilidade a ser evitada.

Por outro lado, nem todas as *famílias* dos mutirões residiram sempre com parentes anteriormente. Solteiros ou solteiras, casais com filhos, mãe solteira ou separada com filhos, residiram pagando aluguel em casas na zona leste. A escolha por uma determinada casa, fosse em favelas, *quintais*, casas de cômodos, se dava basicamente pelo valor de aluguel. Ainda que na sua vasta maioria, os mutirantes morassem em bairros periféricos, onde os valores de aluguel tendem a ser mais baratos do que em bairros mais centrais, nas narrativas a que tive acesso, os bairros e as regiões onde se morou são sempre hierarquizados com termos como “bom”, “ruim”, “mais ou menos”, assim como pela maior ou menor acessibilidade à escola para os filhos, hospitais no caso de pessoas mais idosas e principalmente pela maior ou menor distância de oportunidades de trabalho, distância essa não só geográfica como também medida a partir das conexões de transporte público. Bairros mais ricos como Tatuapé e Vila Carrão, por exemplo, localizados no início da zona leste, costumam ser referidos como *centro*, por serem bairros menos segregados, mais ricos, com boa oferta de infraestrutura urbana e serviços. Também São Mateus, onde a família de Marina construiu seu *quintal*, apesar de mais pobre é considerado mais vantajoso por ser mais próximo ao centro. Alguns exemplos que impedem de pensar em uma homogeneização territorial de toda a zona leste classificada sob o termo *periferia*.

Por outro lado, é claro que nos bairros periféricos de São Paulo, onde a maioria dos mutirantes moraram, há uma precariedade das casas habitadas do ponto de vista material. Poderíamos assim incorrer no risco de essencializar essas casas e afirmar que haveria uma homogeneização das condições

de habitação, de seus moradores, de seus arranjos familiares e de suas dificuldades e lutas, o que nos levaria a nos referir a essas habitações e famílias como homogêneas entre si e próprias à periferia paulistana. Contrariamente, essas casas, ocupadas em função de dificuldades econômicas, comportam uma multiplicidade de arranjos familiares, habitacionais e de valores e concepções a elas atribuídas. É possível ir além da concepção de que família é um tipo de arranjo apenas entendido como composto por uma dicotomia entre relações de parentesco de consanguinidade e afinidade, descendência e aliança ou entre o biológico e social (SCHNEIDER, 1984). Há vários outros fatores de produção de família ou de familiarização (COMERFORD, 2003).

Dessa forma, as diferentes noções de família e a multiplicidade de arranjos familiares também podem ser complexificadas não só pela casa ou pela coabitação ou por configurações de casa mas também por conjugalidades, maternidades, partilha de alimentos, desenvolvimento de afetos, dentre outras relacionalidades (CARSTEN, 2000)⁹.

Contudo, talvez a principal contribuição da discussão acima tenha sido problematizar perspectivas que associam família e casa de maneira indissociável e intercambiável, sempre a partir de localizações e domínios sociais e territoriais fixos. Tudo se passaria como o ato de se fixar é que constituisse família e casa. Se isso pode de fato acontecer, vimos como, de acordo com os mutirantes, são suas mobilidades que produzem família e casa ao mesmo tempo em que múltiplos sentidos, combinações e arranjos habitacionais e familiares nunca deixam essas intensas mobilidades cessarem.

9 Janet Carsten, em *Cultures of Relatedness* (2000) propõe o uso analítico de *relatedness* a fim de pensar parentesco não a partir de uma polarização entre biológico e social, como os estudos mais clássicos de parentesco fizeram, movimento analítico já denunciado por Schneider (1984). O uso de *relatedness* abre maiores possibilidades para abordagens etnográficas que não partam de pressupostos analíticos de parentesco, mas que, ao contrário, partam dos idiomas e práticas nativos acerca de conexões estabelecidas entre pessoas não apenas ligadas por consanguinidade e afinidade, descendência e alianças. Essa perspectiva orienta meu esforço etnográfico de compreender as “famílias” de mutirantes em seus próprios termos, inclusive de parentesco, mas também por outras formas de conexões.

Algumas reflexões etnográficas sobre casa, família e mobilidades

A partir das trajetórias familiares e habitacionais dos mutirantes, foi possível perceber uma acentuada multiplicidade de sentidos atribuídos ao termo “família” e “casa”; mas, não se trata de uma multiplicidade apenas ideológica. Ambos os termos também se referem a arranjos concretos, ainda que fortemente flexíveis diacrônica e sincronicamente.

Assim, foi muito mais rentável analiticamente não partir de pressuposições do que se entende por esses termos e por seus arranjos, mas percebê-los tal como concebidos por meus interlocutores. Ainda que haja uma tendência, uma vez atendida, que a *família* corresponda ao grupo doméstico ora constituído, que irá habitar uma unidade habitacional adquirida, há enormes variações a esse arranjo. No lugar de famílias como grupos corporados, coincidentes com a casa, emergiram processualmente múltiplas dinâmicas e arranjos familiares e domésticos.

A multiplicidade aqui elencada não se dissolve quando há a finalização do atendimento habitacional, mas continua orientando os novos arranjos familiares, de moradia e afetivos. E, mais do que isso, as ideias e relações aqui discutidas continuam interferindo nas configurações dos mutirões e dos movimentos, além de orientar as próprias políticas habitacionais.

A partir do momento em que se ingressa no movimento, é possível perceber conexões e combinações entre as perspectivas e práticas aqui analisadas e as dos mutirões e dos movimentos de moradia. A participação no mutirão e no movimento impacta e é impactada por dinâmicas relações de parentesco e familiares, levando a constantes redefinições do que é família, de seus limites e de seu papel como objeto e sujeito do atendimento habitacional.

A principal dimensão aqui explorada foi a acentuada mobilidade espacial encontrada entre as trajetórias das famílias pesquisadas. Mobilidades principalmente geográficas: entre seus locais de origem e São Paulo; internamente entre bairros da cidade de São Paulo, entre bairros e regiões; entre

diferentes arranjos habitacionais etc. Mobilidades que não ocorrem em um sentido linear e único, muito menos que se encerram após a chegada em São Paulo ou à obtenção definitiva da casa própria.

São mobilidades, fluxos e circulações de pessoas, mas também de ideias, objetos, apoios mútuos, dentre outros aspectos, que podem ser percebidos a partir da apreensão de redes familiares e de parentesco, e consequentemente de suas casas e regiões de moradia.

Suas narrativas revelam movimentos constantes de idas e vindas entre vários locais de maneiras muito mais complexas e diversas do que termos como “migração” e “migrantes” sugerem, problematizando uma dicotomia estanque entre rural e urbano, como a maioria das pesquisas urbanas tendeu a mostrar.

Nesse sentido, também me inspirei em trilhas analíticas propostas por um conjunto de pesquisas recentes como em dossiê organizado por John Comerford e Carmen Andriolli (2015, p. 7), em que as etnografias apresentadas, a partir de contextos variados, focalizam sentidos, práticas e experiências de mobilidade entre coletividades definidas a partir de algum grau de relação com universos tidos como rurais. A preocupação analítica em torno da mobilidade é coerente com a própria centralidade desses processos para os interlocutores. Em vez de se considerar territórios como fixos e estanques, tais abordagens permitem problematizações que nos interessam de perto:

Marcos morfológicos fixos, por exemplo, com a projeção espacial de relações sociais sendo tomada como premissa, sem referência simultânea ao atravessamento por movimentações, são problematizados. A casa, a propriedade, a vizinhança, a comunidade, a região, o rural, o urbano são como que postos a borbulhar. (COMERFORD; ANDRIOLLI, 2015, p. 9).

Dessa forma, com especial atenção à mobilidade e circulação, tal como concebidas pelos interlocutores, foi possível apreender, inclusive, produções de estabilizações e delimitações mais fixas de espacialidades que

só farão sentido se forem compreendidas as instabilidades e as intensas movimentações¹⁰.

Isolar o momento anterior ao ingresso no movimento e no mutirão correspondeu a um esforço heurístico de busca de uma linearidade correspondente à perspectiva dos próprios mutirantes. De acordo com sua maioria, o passado é rememorado como forma de legitimar o presente, de uma reputação de lutadores e merecedores. Mas essa linearidade também é por eles posta em questão, a partir de suas relações e práticas espaciais, notadamente de deslocamentos e mobilidades. Suas realidades de vida anteriores são compreendidas e constituídas por intensas mobilidades que também apenas aparentemente se encerrariam com a estabilidade da casa própria conquistada. Assim, as diferentes categorias temporais e espaciais não são autoevidentes, nem descrevem realidades estanques linearmente, mas são indissociáveis de múltiplas relações e participam discursiva e concretamente na contínua produção de arranjos e movimentos variáveis e flexíveis.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mauro. Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, p. 63–83, 1986.

ALMEIDA, Ronaldo; D'ANDREA, Tiaraju; DE LUCCA, Daniel. Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 82, p. 109–130, 2008.

CALDEIRA, Tereza P. R. *A política dos outros: cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CARSTEN, Janet (ed.). *Cultures of relatedness*. New approaches to the study of kinship. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

¹⁰ Sobre como o foco etnográfico em família e parentesco permite dissolver fronteiras e domínios espaciais fixos e estanques, ver também Comerford (2014) e Marques (2015).

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen (ed.). *About the house*. Lévi-Strauss and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

COMERFORD, John Cunha. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

COMERFORD, John Cunha. Onde está a “comunidade”? Conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o “rural” e o “urbano”. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais, Campinas*, v. 8, n. 2, p. 7-29, 2014.

COMERFORD, John Cunha; ANDRIOLLI, Carmen. Apresentação ao Dossiê: Movimentos e práticas de circulação em coletividades rurais. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais, Campinas*, v. 9, n. 1, p. 7-11, 2015.

DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para a cidade*. São Paulo: Ática, 1973.

FELTRAN, Gabriel S. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP/CEM, 2011.

FILADELFO, Carlos. *A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo*. 2015. 271 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FONSECA, Claudia. *Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FORTES, Meyer. [1974]. O ciclo do desenvolvimento do grupo doméstico. Tradução de Alcida Rita Ramos. *Série Tradução*, v. 1, n. 5. Brasília: DAN/UnB, 2011

MARCELIN, Louis H. *L’Invention de la famille afro-américaine: famille, parenté et domesticité parmi les noirs du Recôncavo da Bahia, Brésil*. 1996. 382 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MARQUES, Ana Claudia. Movimentos em família. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais, Campinas*, v. 9, n. 1, p. 13-37, 2015.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (org.). *São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social*. São Paulo: Ed. Senac, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. Nesse terreiro, galo não canta. Estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. *Anuário Antropológico*, Fortaleza, n. 83, p. 199-221, 1985.

PALMEIRA, Moacir; ALMEIDA, Alfredo Wagner B. *A invenção da migração*. Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1977.

PISCITELLI, Adriana. *Jóias de família: gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

SCHNEIDER, David Murray. *A Critique of the Study of Kinship*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.

SMITH, Raymond. T. The matrifocal family. In: GOODY, Jack (ed.). *The Character of Kinship*. Cambridge/London/NY/Melbourne: Cambridge University Press, 1973. p. 121-144.

STRATHERN, Marilyn. Self-Interest and the Social Good: Some Implications of Hagen Gender Imagery. In: ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet (ed.). *Sexual Meanings*. The Cultural Construction of Gender and Sexuality. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. p. 166-191.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.